

# BANKSTERS À BRASILEIRA

Hoje, o ministro Dias Toffoli conduziria uma acareação no STF, em pleno recesso judiciário. O confronto entre Daniel Vercaro, controlador do Banco Master; Paulo Henrique Costa, ex-presidente do BRB, e Ailton de Aquino Santos, diretor de Fiscalização do Banco Central, foi cancelado ontem.

O objetivo seria esclarecer contradições nos autos sobre a tentativa de venda do Master ao BRB — operação rejeitada pelo BC em setembro por indícios de irregularidades — e sobre os processos de supervisão que culminaram na liquidação do banco. A PGR e o próprio BC consideraram a medida prematura; Toffoli a manteve, alegando relevância para a estabilidade financeira, mas mudou de ideia por algum motivo. Nenhuma surpresa em um caso tão cheio de mistérios e personagens emblemáticos. O Brasil pode estar diante da revelação de um verdadeiro bankster à brasileira.

O termo “bankster” — junção de banker e gangster — surgiu após o crash de 1929 nos EUA, que desencadeou a Grande Depressão: milhões de desempregados, famílias na miséria, bancos falidos. A Comissão Pecora, liderada pelo promotor Ferdinand Pecora, expôs em audiências públicas as fraudes dos magnatas de Wall Street que vendiam ações podres a pequenos investidores, sonegavam impostos e concediam empréstimos suspeitos enquanto o povo passava fome.

Pecora chamou-os de “gângsteres de terno” que fraudavam o sistema e socializavam os prejuízos. A revelação gerou fúria popular: protestos nas ruas, indignação nacional, jornais falando em “comoção” e “grito de angústia”. A pressão forçou reformas históricas — Lei Glass-Steagall, criação da SEC e proteção a depósitos.

No Brasil, o caso Banco Master pode guardar paralelos com esse roteiro. Vercaro foi preso em novembro ao tentar deixar o país de jato particular. A Polícia Federal viu tentativa de fuga; a defesa de Vercaro alegou que era uma viagem para vender o banco a investidores estrangeiros, informada inclusive ao próprio Banco Central.

No dia seguinte, a Operação Compliance Zero revelou fraudes acima de R\$ 12 bilhões em créditos fictícios. O BC liquidou o banco; o rombo, potencialmente dezenas de bilhões, será coberto pelo Fundo Garantidor de Créditos — de certa forma, socializado para o contribuinte.

Vercaro cultivava relações no alto escalão de Brasília. A imprensa revelou que o banqueiro promovia jantares em sua mansão de R\$ 36 milhões no Lago Sul com deputados, senadores e, em pelo menos um evento de 2024, contou com a presença do ministro Alexandre de Moraes. Também foi revelada pela imprensa a existência de um contrato de até R\$ 129 milhões do escritório da advogada Viviane Barci de Moraes — esposa do ministro — com o banco. Moraes teve reuniões confirmadas com o presidente do BC, Gabriel Galípolo, e, segundo reportagens, múltiplas ligações telefônicas — ele nega qualquer discussão sobre o Master, afirmando que os contatos tratavam apenas de sanções americanas contra si e a esposa.

A verdade é que o celular apreendido de Vercaro, repleto de contatos de autoridades, está tirando o sono de muita gente em Brasília.

O silêncio da elite política é notável: CPIs pedidas no Congresso e as lideranças evitando o tema — omissão ou proteção?

Não há mocinhos nessa história. Lucros privatizados, prejuízos socializados — exatamente como os banksters de 1929.

- Durante o recesso, Dias Toffoli conduz acareação no STF sobre a venda frustrada do Banco Master e sua liquidação, envolvendo executivos, como Daniel Vercaro, e o Banco Central.
- Após 1929, “banksters” uniram banqueiros e gângsteres. Nos EUA, a Comissão Pecora gerou a Glass-Steagall e a SEC. No Brasil, o caso Master repete o padrão, com perdas socializadas pelo Fundo Garantidor.
- Vercaro foi preso após fraudes de R\$ 12 bi. Relações com a elite, incluindo encontros com Moraes e contratos milionários, ampliam o silêncio político e a dúvida: quem paga a conta?

